

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

REPRESENTAÇÃO Nº 4/2025
(Processo nº 3/2025)

RECEBI
Em 02/10/25 às 15 h 08 min
Janones 4245
Nome Ponto nº

Representante: Partido Liberal (PL)

Representado: Deputado André Janones
(Avante/MG)

Relator: Deputado Zé Haroldo Cathedral

PARECER PRELIMINAR

I – RELATÓRIO

O Partido Liberal (PL) apresentou a presente Representação em desfavor do Deputado André Janones (Avante/MG), por alegada quebra de decoro parlamentar.

Relata a inicial que o representado utilizou, nas dependências da Câmara dos Deputados, camiseta estampada com palavra de baixo calão e que, por isso, teria violado o artigo 3º, inc. II, III e IV; o artigo 4º, inc. I e VI; e o artigo 5º, inc. II, III e X, todos do Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

É o breve relatório.

II – VOTO

Compete ao Conselho de Ética, neste momento, analisar a aptidão e a justa causa da representação.

No que se refere à aptidão, todos os requisitos formais foram devidamente observados, tendo em vista que: a) a representação foi subscrita pelo Presidente do Partido Liberal (PL), partido político com representação no Congresso Nacional; b) o representado é Deputado Federal e encontrar-se no exercício de suas funções, sendo legitimado, portanto, para figurar no polo passivo da demanda; e c) a peça inicial descreve, de forma clara, os fatos cuja apreciação se requer.

Dessa forma, não se pode falar em inépcia formal da inicial.

Entendemos, porém, que não há, no caso, **justa causa a autorizar o prosseguimento do presente feito.**

Isso porque, nos termos do art. 53 da Constituição Federal, **e conforme já reconheceu este Conselho em diversos precedentes**, “os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”.

Ou seja, conforme os ensinamentos da doutrina¹:

*“O caput do art. 53 isenta o parlamentar de qualquer responsabilidade, civil, penal **ou administrativa/disciplinar**, decorrente de seus votos, palavras ou opiniões, exarados no exercício do mandato ou em função dele.*

*Esta é a imunidade material, instituto que exclui a ilicitude decorrente dos votos, opiniões ou palavras proferidas pelos parlamentares. Assim, independentemente do conteúdo dos votos, palavras ou opiniões exaradas por congressista, **oralmente ou por escrito**, dentro ou fora do recinto da Casa legislativa, no exercício do mandato ou em sua função, **gozará o parlamentar de imunidade, que exclui o crime ou a ilicitude do ato**. Debalde, a imunidade material afasta do parlamentar a responsabilidade criminal, não constituindo, seus*

¹ CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz (Coord.). Comentários à Constituição do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 1150.

Ante o exposto, por ausência de justa causa, VOTO pela **INADMISSIBILIDADE** da presente Representação e, por conseguinte, pelo arquivamento do presente feito.

Sala do Conselho, em ____ de _____ de 2025.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Zé Haroldo Cathedral', written in a cursive style.

**Deputado ZÉ HAROLDO CATHEDRAL
RELATOR**